

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Cia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA

São Paulo (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os chamados “Principais assuntos de auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

Conforme Nota 3.2.1.9 O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado.

A contribuição ao PIS é calculada com a alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS com a alíquota de 4%, conforme estabelecido no Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, aplicadas sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente.

Para receitas operacionais de natureza não financeira as alíquotas são de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS, segundo a legislação vigente, podendo creditar os custos e despesas utilizados como insumos na sua realização.

Os impostos e contribuições a recuperar oriundos de pagamentos a maior de exercícios anteriores e de estimativa recolhidas/compensadas no período acumulado em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.

A provisão é ajustada periodicamente e leva em consideração além do potencial de realização o fato dos respectivos impostos e contribuições contarem ou não com pedidos de restituição/compensação e/ou revisão do órgão regulador com relação à apuração desses valores.

Os créditos são corrigidos pela taxa SELIC conforme disposto no artigo 39 § 4º da Lei nº 9.250/1995 e vem sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

Conforme Nota nº 8, A provisão para imposto de renda e contribuição social se baseia no lucro tributável, quando existente, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. Assim, o tributo corrente é aquele a pagar esperado sobre o lucro tributável do período nas taxas de tributos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação a exercícios anteriores. Para o período acumulado findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social caso haja a existência de base tributável sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência.

O recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal ou no regime de retenção na fonte em relação às amortizações de investimentos e os impostos e contribuições a recuperar descritos no item 7 decorrem da diferença entre o tributo efetivamente apurado e este recolhimento com base na estimativa ou realizado na fonte.

A seguir o demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL de janeiro a dezembro de 2021:

Composição da Despesa de IRPJ e CSLL	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	19.206.756	19.718.062
(+) Adições	10.651.713	75.494.433
(-) Exclusões	(29.168.612)	(94.128.037)
Base de Cálculo Ajustado pelas Adições/Exclusões	689.857	1.084.458
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	(206.957)	(325.337)
Base de Cálculo - Resultado Fiscal	482.900	759.121
Imposto de Renda Corrente	96.725	165.780
Contribuição Social Corrente	43.461	68.321

Conforme Nota nº 8, em 01 de novembro de 2016 foi iniciada a operação do FIDC, sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01 e 444/2006, pelo seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios representados pela CCI nele integralizada pela SPDA.

Em 01 de novembro de 2016, a SPDA transferiu a CCI ao FIDC pelo valor de R\$ 194.979.126,05, referente a 194,97912605 cotas.

As cotas foram ajustadas ao seu valor justo em 31 de dezembro de 2021, conforme movimentação abaixo demonstrada:

Descrição	Valor (Em R\$)
FIDC NP SPDA	194.979.133
Ajuste ao Valor Justo FIDC NP SPDA	204.368.691
Amortização FIDC - Principal	(44.847.465)
Amortização FIDC - Renda	(27.152.535)
Valor Justo em 31/12/2021	327.347.824

Descrição	Qtdd de cotas	Valor da Cota em 31/12/2021 (Em R\$)	Valor de Mercado (Em R\$)
FIDC NP SPDA	195	1.678.886	327.347.824

As cotas do FIDC foram classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e têm sua marcação atualizada mensalmente pelo administrador do FIDC com base no valor presente do fluxo de caixa remanescente dos direitos creditórios a uma taxa de desconto definida pelo Comitê de Investimentos do FIDC e pela Companhia. O fluxo de caixa remanescente é reavaliado periodicamente pelo administrador do FIDC levando em conta os fatores econômicos e operacionais com impacto direto sobre a recuperação, informados pelo gestor do fundo ou diante de informações relevantes que afetem de forma efetiva a expectativa de recebimento do direito creditório.

Pelo fato de ambas serem calculadas por meio de metodologia estatística, tanto a revisão do apuração dos direitos creditórios quanto as suas eventuais provisões para perdas estão sujeitas a desvios e eventos atípicos que fogem do padrão de previsibilidade dos modelos estatísticos.

Tendo em vista que: 1- o FIDC gera a principal Receita da Companhia, que 2- estão previstos investimentos relevantes para atendimento da função social e objeto empresarial e que 3- ainda que a rentabilidade seja recurso da SPDA, estas só são convertidas em disponibilidade após sua realização; as cotas do FIDC são amortizadas e os rendimentos realizados sempre que houver necessidade de liquidez.

Motivados pela necessidade de investimento na prestação das garantias assinadas, em 22 de dezembro de 2021 a Companhia efetuou o resgate no montante de R\$ 32.000.00,00 por meio de amortização de cotas do FIDC.

Do valor total amortizado, R\$ 14.854.876,37 representam a redução do investimento no Fundo, que serão integralmente reinvestidos para prestação de garantias. A outra parcela de R\$ 17.145.123,63 representa a realização dos rendimentos acumulados, dos quais R\$ 2.571.768,54 foram retidos na fonte para pagamento antecipado de Imposto de Renda e o restante gerou um aumento de caixa líquido de R\$ 14.573.355,09, que serão utilizados para pagar tributos, distribuir resultados, custear a Companhia e, caso seja possível, reforçar investimentos na prestação de garantia.

Em 07 de maio de 2018, foram iniciadas as atividades do Caixa FI SPDA Projetos RF LP (“SPDA Projetos”), um fundo de renda fixa exclusivo da Companhia, capitalizado com R\$ 31.122.196,85 (trinta e um milhões, cento e vinte e dois mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos) decorrentes da amortização de cotas do FIDC. O SPDA Projetos tem por finalidade servir como garantia em projetos de Parcerias Público Privadas do Município, uma vez que a Companhia seja contratada para essa finalidade.

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31/12/2021
Fundo de Investimento para Garantia PPP	35.760.155

Conforme Nota Explicativa nº 10, em 31/10/2016 a SPDA fez um investimento no valor de R\$ 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais) na Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização, na forma de integralização de capital social e passou a ter uma participação de 22,20% em seu capital social. Participação que representa uma influência significativa e, portanto, que torna a SP Securitização coligada a SPDA.

Em 2021 a SP Securitização encerrou suas atividades tendo sua dissolução autorizada e o processo de liquidação iniciado em Assembleia Geral realizada em maio e finalizado com a aprovação da extinção da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada no dia 15 de outubro de 2021.

O investimento avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) foi baixado na data da AGE de extinção, tendo saldo zero (perda por equivalência patrimonial igual ao valor investido) já que a SP Securitização apresentava passivo a descoberto no momento da baixa:

Coligada	Patrimônio Líquido	Investimento	Resultado em Equivalência	Saldo do Investimento
Companhia Paulistana de Securitização	(7.523)	1.010.000	(1.010.000)	-

Participações em Coligadas	-
Investimentos em Coligadas - SPSEC	1.010.000
(-) Equivalência Patrimonial em Coligadas - SPSEC	(1.010.000)

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional Cia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos.

- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a SPDA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros

Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por nossa firma, cujo relatório foi emitido em 17/03/2021 o qual não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 15 de março de 2022.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4

CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0